



O estado ecológico dos cursos de água de Alenquer

O estado ecológico dos cursos de água está a ser exaustivamente avaliado pelos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas, elaborados na sequência da Diretiva Quadro da Água, que estabelece um conjunto de acções Comunitárias para as *águas de superfície interiores, águas de transição, e águas subterrâneas*.

A Diretiva Quadro da Água estabelece que todos os Estados-Membros devem alcançar o **Bom** estado das suas massas de água até 2015, com eventuais prorrogações para 2021 ou 2027, e estipula que devem ser elaborados três ciclos de Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH).

A análise da informação disponível acerca das acções de monitorização apresentadas nos PGRH do 1.º ciclo (monitorizações realizadas de 2010 a 2013) e dos projectos do 2.º ciclo (para 2016 a 2021) apontam o incumprimento dos objectivos definidos para as massas de água superficiais nacionais. Quanto aos cursos de água de Alenquer, a sua classificação é a que consta nos quadros abaixo, e, como se pode verificar, também estão longe de atingir o Bom estado ecológico. As ribeiras de Ota e Alenquer são classificadas com o Estado Ecológico de Mediocre em ambos os ciclos, enquanto a Vala do Carregado (Rio Grande da Pipa) baixa a classificação do 1.º para o 2.º ciclo, ao descer de Razoável para Mediocre.

Avaliação do Estado						
Ribeira	Fatores de pressão significativa	Biológico	Hidromorfológico	Físico-Químico	Poluentes específicos	Estado químico
Ota/ Alenquer	Agrícola industrial urbana	Mediocre	Bom	Razoável	desconhecido	desconhecido
Vala do Carregado	Agrícola pecuária urbana	Mediocre	Bom	Razoável	desconhecido	desconhecido

Classificação do Estado			
Ribeira		Estado Químico	Estado Ecológico
Ota/ Alenquer	1.º ciclo	desconhecido	Mediocre
	2.º ciclo	desconhecido	Mediocre
Vala do Carregado	1.º ciclo	Bom	Razoável
	2.º ciclo	desconhecido	Mediocre

Fonte: PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5), 2.º ciclo, 2016/2021.

No que diz respeito ao estado das massas de água ao nível nacional, no 1.º ciclo obtiveram a classificação de “Bom ou Superior a Bom” 52% das massas de água superficiais, enquanto no 2.º ciclo essa classificação é atingida apenas por 47% dessas massas. Isto é, há uma clara regressão da qualidade das águas superficiais do 1.º para o 2.º ciclo, regressão que se procura explicar com a adoção de “normas mais restritivas” e “maiores exigências para as normas de qualidade ambiental dos poluentes”.

Estado das massas de água superficiais e subterrâneas

Classificação	Massas de água superficiais					Massas de água subterrâneas		
	Rios (n.º)	Rios (albufeiras) (n.º)	Águas de transição (n.º)	Águas costeiras (n.º)	Total N.º	Total %	N.º	%
Bom e superior	209	9	1	2	221	47	18	90
Inferior a Bom	214	17	3	4	238	51	2	10
Desconhecido	8	0	0	0	8	2	0	0
Total	431	26	4	5	467	100	20	100

Fonte: PGRH do Tejo e Ribeiros do Oeste (RH5), 2.º ciclo, 2016/2021.

As actividades humanas são apontadas como principais responsáveis pela degradação da qualidade dos recursos hídricos, designadamente a poluição com origem industrial, urbana, ou agrícola, bem como alterações morfológicas associadas a artificialização dos cursos de água para aproveitamento hidráulico.

O incumprimento dos objectivos de atingir o Bom estado ecológico das massas de água superficiais, em nosso entender fica a dever-se a dificuldades das entidades responsáveis em identificar e inventariar as principais fontes poluentes e em estabelecer um sistema eficaz de monitorização e controlo.

Houve um claro atraso na identificação das unidades industriais que devem ter ETARI, e que continuam a despejar efluentes nas linhas de água, contribuindo para a degradação do seu estado ecológico.

A responsabilidade pelo licenciamento e das ETAR industriais é da CCDRLVT e entidades dependentes, e a monitorização do seu funcionamento obedece a regras em que devem ser realizadas análises regulares por empresas credenciadas, as quais são posteriormente sujeitas a auditorias. A produção de poluentes cujo tratamento não é compatível com o sistema das ETARI das empresas requer a sua recolha, para posterior tratamento em unidades especializadas. O que os resultados revelam, no entanto, é que este sistema não tem funcionado bem.

Atualmente existe um excesso de zelo no licenciamento de ETARI, em que, em grande parte dos casos, não são atribuídas licenças para descarregar nas linhas de água os efluentes tratados, os quais têm de ser descarregados nos colectores municipais, onerando com isso o funcionamento das empresas. Na generalidade destes casos, antes de terem ETARI, as empresas despejavam os seus efluentes nas linhas de água, e depois de terem ETARI tiveram de despejar no colector municipal, pelo que os efluentes que antes não eram tratados passam assim a ter um duplo tratamento.

É questionável se as ETAR municipais funcionam melhor que as ETARI e em nosso entender a obrigatoriedade de despejar nos colectores municipais não fica a dever-se apenas a razões de ordem ambiental; a sua explicação não pode ser dissociada da intenção manifestada em tempos de privatizar a empresa Águas de Portugal, à qual está concessionado o funcionamento das ETAR municipais, e da valorização desta empresa no mercado das privatizações. Tanto mais que, a própria eficácia do funcionamento das ETAR municipais acaba também por ser questionada pelos PGRH ao referir a pressão urbana como um fator que afeta de modo significativo a qualidade das massas de água superficiais. Os esgotos urbanos são tratados nestas ETAR e a taxa de cobertura anda já próxima dos 100%, pelo que nos parece existir uma intenção crítica evidente.

Por outro lado ocorrem casos inexplicáveis, como o que está a acontecer na ribeira do Sarra, em que a fonte poluidora está identificada, e, segundo o que pode ser observado do exterior da unidade industrial, esta até dispõe de ETARI, mas as descargas continuam. Situações como esta põem a nu as fragilidades deste sistema: quem não pode fugir é tratado com excesso de zelo e expia todos os pecados; quem não é identificado, continua a proceder como habitualmente; outros ainda beneficiam de um tratamento muito compreensivo.

Não é só a ribeira do Sarra que tem problemas, o estado ecológico das outras ribeiras de Alenquer nesta altura á devia ser Bom, e ainda é Medíocre.

Alenquer, 12 de Março de 2016

A Direção da Alambi